

Exm^a Senhora
Presidente da Assembleia Municipal de
Lisboa

Requerimento nº 0005 /GPCPAML /2014

Assunto: Ponte ciclável e pedonal sobre a Segunda Circular .

O Grupo Municipal do PCP, ao abrigo da alínea f) do n.º 1 do Artigo 4º e das alíneas d) e j) do Artigo 12º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, requer a V. Exa. que providencie as diligências necessárias junto da Câmara Municipal de Lisboa para que esta, com a urgência que o assunto merece, preste os seguintes esclarecimentos:

1. Qual a comparticipação da Câmara Municipal de Lisboa nesta obra que aparenta ser também uma construção de publicidade directa à GALP;
2. Qual a data prevista para a conclusão da obra;
3. Quais as garantias dadas pela Câmara Municipal de Lisboa para uma utilização confortável e segura dessa infraestrutura por parte de cidadãos com a mobilidade reduzida;
4. Qual a sua integração na rede de mobilidade suave, enquanto ligação ao centro da cidade, via Laranjeiras, Sete Rios.

Assembleia Municipal de Lisboa, em 18 de Fevereiro de 2014

O Deputado Municipal



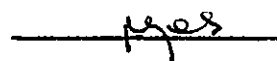
Carlos Silva Santos -

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

Proc. _____/_____

ENT 619/SG/DAOSM/GAAM/14

DATA 19/02/2014



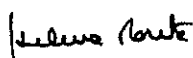
Exmº Senhor
Dr.º António Luís Santos Costa
M.I. Presidente da Câmara Municipal de
Lisboa

Sua referência	Sua data	Nossa referência	Data
		OF/0129/AML/14 (ENT/619/GAAM/2014) (Req. n.º 12/2014)	19-02-2014
Assunto: Requerimento n.º 5/GPCPAML/2014 - Ponte ciclável e pedonal sobre a Segunda Circular			

Na sequência do assunto mencionado em epígrafe, junto envio cópia do requerimento, apresentado pelo Exmo. Senhor Deputado Municipal Carlos Santos Silva, do Grupo Municipal do PCP, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do Artigo 12º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, solicitando a V.Exa que com a brevidade possível providencie a informação requerida.

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente



Helena Roseta

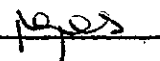
SM

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

Proc. _____/_____

ENT 657/SG/DAOSM/GAAM/ 14

DATA 20/02/2014





Câmara Municipal de Lisboa
Gabinete do Vereador José Sá Fernandes

Exma. Senhora
Arqtª. Helena Roseta
Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa
Avenida de Roma, 14 P

Sua referência

Sua data

Nossa referência
OF/119/GVSF/14

Data
01/04/2014

Assunto: Ponte Ciclável e Pedonal sobre a 2ª Circular (Resposta ao Requerimento nº 5/GPCPAML/2014)

Exma. Senhora Presidente,

No seguimento do V. OF/0129/AML/14, datado de 19.02.2014, referente ao assunto em epígrafe, incumbe-me o Vereador José Sá Fernandes de, por este meio, informar que as obras da Pista Ciclável em causa terminam, ainda, no primeiro semestre deste ano.

Esta obra visa melhorar a mobilidade pedonal e ciclável sobre a 2ª Circular, mas será também um novo ponto de atravessamento para cidadãos de mobilidade reduzida. Assim sendo, o projecto foi adaptado às condicionantes do local de implantação, sempre no rigoroso cumprimento da Lei e de forma a zelar pela segurança de todos os seus utilizadores futuros.

A construção desta ponte facilitará a mobilidade entre as duas "margens" da 2ª Circular, reduzindo a distância e criando uma forma de ultrapassar este obstáculo urbano que divide a cidade de Lisboa. Vai "aproximar" duas áreas da cidade, densamente habitadas e onde existem vários serviços – Telheiras / Parque dos Príncipes às Torres de Lisboa / Rua dos Soeiros. A Norte, a ponte amarra junto ao percurso ciclável existente na Rua Fernando Namora, obra executada em 2009, e a Sul junto às Torres de Lisboa, na nova ligação ciclável que liga ao Bairro da Quinta dos Barros / Estádio Universitário, fechando o circuito. Existe ainda um projecto da criação de um percurso ciclável, em fase de estudo, pela Estrada da Luz, e que fará a ligação entre as Torres de Lisboa e o Jardim Zoológico.

De salientar que as bicicletas não têm qualquer obrigatoriedade de circulação em vias cicláveis, podendo, ao abrigo do CE, circular em qualquer via.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

Proc. _____/_____

ENT. 118/SG/DAOSM/GAAM/14

DATA 08/04/2014

1402



Câmara Municipal de Lisboa
Gabinete do Vereador José Sá Fernandes

Em anexo enviamos cópias da Proposta N° 146/2013, aprovada em Reunião da CML de 13/13/2013 e do Protocolo assinado entre a CML e a Galp-Energia, em 20/03/2014 para demais esclarecimentos.

Com os melhores cumprimentos,

A Adjunta

Rita Folgosa



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

VEREADOR JOSÉ SÁ FERNANDES

PROPOSTA N.º.146/2013

**DOAÇÃO DE PONTE PEDONAL E CICLÁVEL NA 2ª CIRCULAR
E COMPARTICIPAÇÃO PELO MUNICÍPIO DE LISBOA**

Pelouro: Ambiente Urbano, Espaços Verdes e Espaço Público

CONSIDERANDO QUE:

- a) A Lisboagás – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A, está empenhada em promover iniciativas de defesa e preservação do ambiente, no município em que possui maior ligação histórico-cultural;
- b) No âmbito do novo PDM, foi prevista a Estrutura Ecológica Municipal (Plano Verde), a qual se concretiza na criação de espaços estáveis, de conceção e gestão ecológica, onde se propicie o passear a pé ou de bicicleta, tendo o Grupo Galp Energia na sua posse um projeto de arquitetura para uma ponte pedonal e ciclável;
- c) A Lisboagás – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A tem todo o interesse e vontade em promover a construção da ponte pedonal e ciclável sobre a 2ª circular, de modo a haver uma infraestrutura ciclável contínua, dedicada e segura, e doá-la ao Município de Lisboa, conforme ofício datado de 13 de fevereiro de 2013 que se junta à presente proposta;
- d) A execução do projeto está avaliada em € 1.365.000, líquido de impostos, e a Lisboagás – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A só consegue disponibilizar para este projeto a verba de € 900.000, líquido de impostos, sendo este o valor da doação;
- e) A doação da ponte pedonal e ciclável sobre a 2ª circular só é possível se o Município de Lisboa aceder em participar no valor remanescente, que não ultrapassará o valor de € 465.000, mediante a dação em pagamento de taxas de ocupação de



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

VEREADOR JOSÉ SÁ FERNANDES

subsolo devidas pela Lisboagás – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A ao Município de Lisboa.

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere,

Nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, e respetivas alterações:

1. Aceitar a promessa de doação da ponte pedonal e ciclável sobre a 2ª circular pela Lisboagás – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A, nos termos e condições constante do protocolo a celebrar, no valor de € 900.000 (novecentos mil euros);
2. Aprovar a assunção pelo Município de uma comparticipação até ao valor de € 465.000 (quatrocentos e sessenta e cinco mil euros), o qual será pago por meio da dação em pagamento de taxas de ocupação de subsolo devidas pela Lisboa gás ao Município, nos termos do Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais (Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro) e Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa (Regulamento n.º 391-A/2010, DR, 2ª série, n.º 84, de 30 de abril);
3. Aprovar a minuta de protocolo a celebrar entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Lisboagás – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A, cuja minuta se anexa e constitui parte integrante da presente proposta.
4. Delegar no Vereador José Sá Fernandes a competência para a assinatura do protocolo a celebrar.

Lisboa, 13 de Março de 2013

O Vereador

José Sá Fernandes



Câmara Municipal de Lisboa
Presidência

Exmo. Senhor
Dr. Carlos Gomes da Silva
Vogal do Conselho de Administração da
Galp Energia, SA.
Rua Tomás da Fonseca, Torre A
1600-209 Lisboa

c/c Gabinete do Senhor Vereador José Sá Fernandes
c/c Eng. Carlos Inácio

Sua referência
Carta CE 55/2013

Sua data
13/02/2013

Nossa referência
OF/796/GPCML/13
ENT/1937/GPCML/PR/13

Data
18-02-2013

Assunto: Doação de ponte pedonal e ciclável

Encarrega-me o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Dr. António Costa, de acusar a recepção da carta de V. Exa. relativamente ao assunto em epígrafe, e que mereceu a sua melhor atenção.

Mais informo que foi a mesma encaminhada para o Gabinete do Senhor Vereador José Sá Fernandes, responsável pelo Pelouro do Espaço Público e Ambiente Urbano, para resposta ao solicitado.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

Helena Caria

GAP/MN

Às Senhoras Vereadoras, José de Fátima
para assinar a
GALP
15 Fev 2013



Dr. Ep. Carlos Trigo
Pl. Alameda da Universidade

Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Lisboa
Paços do Concelho – Praça do Município
1110-365 Lisboa

CE 55/2013

CML
ENT/1937/GPCML/GAP/ER-PR/13 15-02-2013 12:15:47

Lisboa, 13 de Fevereiro de 2013

ASSUNTO: Doação de ponte pedonal e ciclável

Exmo. Senhor, Estimado Presidente
Dr. António Costa

A LisboaGás – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., empresa sediada em Lisboa e pertencente ao Grupo Galp Energia, grupo nacional estratégico, consciente do seu papel na sociedade, está empenhada em promover iniciativas de defesa e preservação do ambiente, no município em que possui maior ligação histórico-cultural.

A cidade de Lisboa tem um novo Plano Diretor Municipal (PDM) (primeira revisão) (Aviso n.º 11622/2012), que entrou em vigor a 31 de Agosto de 2012, no qual é estabelecido, nos seus objetivos principais, a promoção de uma cidade ambientalmente sustentável, através, nomeadamente, da melhoria do espaço público, do aumento das áreas pedonais e da diminuição do número de carros a circular em Lisboa.

No âmbito do novo PDM, foi prevista a Estrutura Ecológica Municipal (Plano Verde), a qual se concretiza na criação de espaços estáveis, de concepção e gestão ecológica, onde se propicie o passear a pé ou de bicicleta, onde se possa respirar ar mais puro, praticar desportos, estando, igualmente, prevista uma rede de mobilidade suave, a qual tem por objetivo a opção pelos modos suaves, com especial destaque para os modos pedonal e ciclável.

Neste contexto, e dado que o Grupo Galp Energia, tem, na sua posse, um projeto de arquitetura para uma ponte pedonal e ciclável, decorrente do concurso intitulado "Pontes para um futuro mais positivo", promovido pela Experimenta Design em associação com a Fundação Galp Energia, a LisboaGás tem todo o interesse e vontade em promover a construção da ponte pedonal e ciclável sobre a 2.ª Circular, de modo a haver uma infraestrutura ciclável contínua, dedicada e segura, e doá-la ao Município de Lisboa.

Contudo, a execução do projeto está avaliada em € 1.365.000, líquido de impostos, e a LisboaGás só consegue disponibilizar para este projeto a verba de € 900.000, ilíquido de impostos.

A LisboaGás vem questionar V. Exa., se o Município de Lisboa, cuja Câmara Municipal preside, atendendo à qualidade do projeto e a sua construção ser de interesse público e de valor inegável para a cidade de Lisboa, estaria interessado em realizar o esforço, de modo a alcançar o valor necessário (e remanescente) à construção da ponte pedonal e ciclável sobre a 2.ª Circular, mediante dação em pagamento de taxas de ocupação de subsolo devidas pela LisboaGás ao vosso município, tal como é permitido pelo Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais (Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro), dado que é compatível com o interesse público.

Com os melhores cumprimentos, e pessoais,



Carlos Gomes da Silva



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA



galp energia

PROTOCOLO

DACM

Prop. n.º 46/2013

Fls. _____

ENTRE

PRIMEIRO OUTORGANTE - MUNICÍPIO DE LISBOA, com sede em Lisboa, na Praça do Município, pessoa coletiva territorial de direito público número 500 051 070, com sede na Praça do Município, em Lisboa, neste ato devidamente representado pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Dr. António Costa, com poderes bastantes para o ato, doravante designado por **PRIMEIRO OUTORGANTE** ou por **CML**,

e,

A LISBOAGÁS GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., com sede em Lisboa, na Rua Tomás da Fonseca, Torre C, 1600-209 Lisboa, pessoa coletiva de direito privado 503 517 666, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o mesmo número, com o capital social de € 60.000.000 (sessenta milhões de euros), neste ato devidamente representada por ... (a incluir o nome do representante e a sua qualidade enquanto representante), com poderes para o ato, adiante designada indiferentemente por **SEGUNDA OUTORGANTE** ou por **LISBOAGÁS**.

em conjunto designadas apenas por **PARTES**,

CONSIDERANDO QUE:

- A) A CML aprovou, em 2012, um novo Plano Diretor Municipal (PDM) (primeira revisão), em que se encontra definido, nos seus objetivos principais, a promoção de uma cidade ambientalmente sustentável, através, nomeadamente, da melhoria do espaço público, do aumento das áreas pedonais e da diminuição do número de carros a circular em Lisboa;



- B) No âmbito do novo PDM, foi prevista a Estrutura Ecológica Municipal (Plano Verde), a qual se concretiza na criação de espaços estáveis, de concepção e gestão ecológica, onde se propicie o passear a pé ou de bicicleta, onde se possa respirar ar mais puro, praticar desportos, estando, igualmente, prevista uma rede de mobilidade suave, a qual tem por objetivo a opção pelos modos suaves, com especial destaque para os modos pedonal e ciclável;
- C) A Lisboagás, empresa sediada em Lisboa e pertencente ao Grupo Galp Energia, grupo nacional estratégico, consciente do seu papel na sociedade, está empenhada em promover iniciativas de defesa e preservação do ambiente, no município em que possui maior ligação histórico-cultural;
- D) O Grupo Galp Energia, tem, na sua posse, um projeto de arquitetura para uma ponte pedonal e ciclável, decorrente do concurso intitulado “Pontes para um futuro mais positivo”, promovido pela Experimenta Design em associação com a Fundação Galp Energia, que constitui anexo I ao presente PROTOCOLO;
- E) A LISBOAGÁS tem todo o interesse e vontade em promover a construção da ponte pedonal e ciclável sobre a 2.ª Circular, por adjudicação, de modo a haver uma infraestrutura ciclável contínua, dedicada e segura, e proceder a um donativo em espécie ao Município de Lisboa, do valor parcial da construção desse equipamento de mobilidade sustentável;
- F) A CML, atendendo à qualidade do projeto e a sua construção ser de interesse público e de valor inegável para a cidade de Lisboa, bem como a obra se enquadrar no âmbito do novo PDM, está interessada em realizar o esforço para ser alcançado o valor remanescente necessário à construção da ponte pedonal e ciclável;

é livremente e de boa-fé celebrado o presente **PROTOCOLO**, que se enquadra pelos considerandos *supra* enunciados e se regerá pelas cláusulas seguintes:



CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente protocolo visa definir os termos e condições subjacentes à atribuição pela LISBOAGÁS ao MUNICÍPIO DE LISBOA de um donativo, em espécie, relativo à construção da ponte pedonal e ciclável sobre a 2.ª Circular, concedido sem contrapartidas, tal como previsto no artigo 61.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais.

CLÁUSULA SEGUNDA

1. Do valor da construção da ponte pedonal e ciclável sobre a 2.ª Circular, de € 1.365.000, líquido de impostos (um milhão e trezentos e sessenta e cinco mil euros), a LISBOAGÁS procederá ao custeio parcial da obra - € 900.000 (novecentos mil euros), ilíquido de impostos – e fará esse donativo, em espécie, à CML.
2. A LISBOAGÁS compromete-se a adjudicar a obra da construção da ponte pedonal e ciclável sobre a 2.ª Circular.
3. A LISBOAGÁS compromete-se, ainda, no contrato de empreitada a celebrar com o adjudicatário da execução da ponte pedonal e ciclável sobre a 2.ª Circular, a estipular, em consenso com o outro contratante, o dia 4 de Outubro de 2013 como prazo limite de conclusão da obra (sem prejuízo de eventuais prorrogações que sejam unicamente devidas a atrasos no processo de licenciamento que não possam ser imputados ao referido outro contratante), com a inclusão de convenção de responsabilidade civil para o empreiteiro, no caso de falta de cumprimento ou cumprimento defeituoso das obrigações por este assumidas no contrato celebrado.
4. A CML compromete-se a custear o valor remanescente da obra, mediante dação em pagamento à LISBOAGÁS da liquidação de taxas de ocupação de subsolo devidas pela SEGUNDA OUTORGANTE nessa verba.
5. A CML compromete-se ainda a desenvolver os melhores esforços no sentido de expedir os procedimentos de licenciamento e outros que sejam da sua competência e que possam ter impacto no arranque, execução e conclusão da obra.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA



CLÁUSULA TERCEIRA

1- A CML obriga-se a emitir o recibo a título do donativo, em espécie, que lhe é concedido pela LISBOAGÁS, em conformidade com o disposto, em geral, na lei fiscal e, especialmente, nas normas do mecenato constantes no Estatuto dos Benefícios Fiscais.

2 – O recibo, para efeitos de cumprimento das normas do mecenato, deverá conter a menção de “donativo”, enunciando que a entrega, sem contrapartidas, é concedida, em espécie, aduzindo à ponte pedonal e ciclável, bem como deverá incluir o normativo legal onde se enquadra (alínea a) do número 1 conjugado com o número 2 ambos do artigo 62.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais).

CLÁUSULA QUARTA

As cláusulas contratuais que constem de outros protocolos relativos a donativo, em espécie, concernente à ponte pedonal e ciclável sobre a 2.ª Circular, atribuídos por qualquer pessoa coletiva do Grupo Galp Energia, incluindo a sua Fundação, se consideram revogadas com a assinatura do presente PROTOCOLO.

CLÁUSULA QUINTA

O presente protocolo entra em vigor e produz efeitos na data da sua assinatura.

Depois de lido, as partes declaram que o presente protocolo, feito em dois exemplares com valor de originais, corresponde à vontade real das mesmas, pelo que vai passar a ser rubricado e assinado, ficando cada uma das partes com um exemplar.

Lisboa, de Março de 2013

Pelo MUNICÍPIO DE LISBOA

O Presidente da CML

Pela LISBOAGÁS



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

ATA EM MINUTA

Nos termos e para os efeitos do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro e 27º n.ºs 3º e 4º do Código do Procedimento Administrativo, bem como o disposto no artigo 18º nº 3 do Regimento da CML, foram aprovadas na Reunião de Câmara de 13 de março de 2013, as atas, os votos de pesar e as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento, bem como os originais das referidas propostas, a ata em minuta:

Apreciação e aprovação das Atas nºs 147 e 148
(Aprovadas por unanimidade)

Voto de Pesar nº 5/2013 (Subscrito pela Câmara)

Aprovar o voto de pesar pelo falecimento do Sr. Dr. José Adelino Mourato Testas, nos termos do voto de pesar;

(Aprovado por unanimidade)

Voto de Pesar nº 6/2013 (Subscrito pela Câmara)

Aprovar o voto de pesar pelo falecimento do Pintor Eduardo José Nery de Oliveira, nos termos do voto de pesar;

(Aprovado por unanimidade)

Voto de Pesar nº 7/2013 (Subscrito pela Câmara)

Aprovar o voto de pesar pelo falecimento do Sr. Dr. João dos Anjos Rocha, nos termos do voto de pesar;

(Aprovado por unanimidade)

Voto de Pesar nº 8/2013 (Subscrito pela Câmara)

Aprovar o voto de pesar pelo falecimento do Sr. Arqtº. Manuel da Concelção Machado Vicente, nos termos do voto de pesar;

(Aprovado por unanimidade)



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Proposta n.º 145/2013 (Subscrita pelos Srs. Vereadores Manuel Salgado e Manuel Brito)

Aprovar a Proposta de Adjudicação referente ao Concurso Público Internacional para celebração de contrato de concessão de exploração relativo ao Pavilhão Carlos Lopes, nos termos da proposta;

(Adiada)

Proposta n.º 146/2013 (Subscrita pelo Sr. Vereador José Sá Fernandes)

Aprovar a doação da ponte pedonal e ciclável sobre a 2ª circular pela Lisboagás – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A, bem como a minuta de protocolo, nos termos da proposta;

(Aprovada por maioria com 9 votos a favor (7PS e 2Ind.) e 7 votos contra (5PPD/PSD, 1CDS/PP e 1PCP))

Proposta n.º 147/2013 (Subscrita pela Sr.ª Vereadora Catarina Vaz Pinto)

Aprovar a transferência para a EGEAC – Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, E.M., da gestão da Casa da Severa, nos termos da proposta;

(Aprovada por maioria com 10 votos a favor (7PS, 2Ind. e 1PCP) e 6 votos contra (5PPD/PSD e 1CDS/PP))

Proposta n.º 148/2013 (Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado)

Aprovar adquirir o prédio urbano sito na Rua Maria Pia n.ºs 355 e 357, freguesia de Santa Isabel, objeto de expropriação pela declaração de Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística do Casal Ventoso, a título de compensação em espécie pelo custo das obras coercivas realizadas pelo Município no prédio particular sito na Travessa dos Fiéis de Deus n.ºs 42 e 44, nos termos da proposta;

(Adiada)



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Proposta n.º 194/2013

(Subscrita pela Sr.ª Vereadora Graça Fonseca)

Aprovar ao abrigo do Protocolo celebrado entre o Município de Lisboa e a Associação da Trienal de Arquitetura de Lisboa, a transferência de verba referente a 2013, nos termos da proposta;

(Aprovada por maioria com 9 votos a favor (7PS, 1Ind. e 1PCP) e 5 abstenções (4PPD/PSD e 1CDS/PP))

Proposta n.º 195/2013

(Subscrita pela Sr.ª Vereadora Maria João Mendes)

Aprovar ratificar o Despacho do Senhor Presidente da CML que aprovou a 5ª alteração orçamental de 2013, transposto de 2012, nos termos da proposta

(Aprovada por maioria com 8 votos a favor (7PS e 1Ind.) e 6 votos contra (4PPD/PSD, 1CDS/PP e 1PCP))

Nos termos do n.º 3 do Art. 92.º da supra citada Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro eu, *Paula Silva* Directora do Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município mandei lavrar.

Paços do Concelho, em 13 de março de 2013

O Presidente

António Costa

- António Costa -



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

20/3/2013



galp energia

PROTOCOLO

ENTRE

PRIMEIRO OUTORGANTE - MUNICÍPIO DE LISBOA, com sede em Lisboa, na Praça do Município, pessoa coletiva territorial de direito público número 500 051 070, com sede na Praça do Município, em Lisboa, neste ato devidamente representado pelo Exmo. Senhor Vereador do Ambiente Urbano, Espaços Verdes e Espaço Público da Câmara Municipal de Lisboa, José Sá Fernandes, com poderes bastantes para o ato (nos termos da delegação de competências constante da Proposta nº 146/2013, aprovada na sessão da CML de 13/03/2013), doravante designado por **PRIMEIRO OUTORGANTE** ou por **CML**,

e,

A LISBOAGÁS GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., com sede em Lisboa, na Rua Tomás da Fonseca, Torre C, 1600-209 Lisboa, pessoa coletiva de direito privado 503 517 666, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o mesmo número, com o capital social de € 60.000.000 (sessenta milhões de euros), neste ato devidamente representada pelo Exmo. Senhor Presidente do Conselho de Administração, Dr. Luís Fernando Muñoz de Moura e Exmo. Senhor Administrador Delegado, Eng. Carlos Augusto, com poderes para o ato, adiante designada indiferentemente por **SEGUNDA OUTORGANTE** ou por **LISBOAGÁS**.

em conjunto designadas apenas por **PARTES**,

CONSIDERANDO QUE:

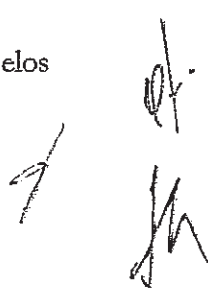
- A) A CML aprovou, em 2012, um novo Plano Diretor Municipal (PDM) (primeira revisão), em que se encontra definido, nos seus objetivos principais, a promoção de uma cidade ambientalmente sustentável, através, nomeadamente, da melhoria do espaço público, do aumento das áreas pedonais e da diminuição do número de carros a circular em Lisboa;

dt.
yh



- B) No âmbito do novo PDM, foi prevista a Estrutura Ecológica Municipal (Plano Verde), a qual se concretiza na criação de espaços estáveis, de concepção e gestão ecológica, onde se propicie o passear a pé ou de bicicleta, onde se possa respirar ar mais puro, praticar desportos, estando, igualmente, prevista uma rede de mobilidade suave, a qual tem por objetivo a opção pelos modos suaves, com especial destaque para os modos pedonal e ciclável;
- C) A Lisboagás, empresa sediada em Lisboa e pertencente ao Grupo Galp Energia, grupo nacional estratégico, consciente do seu papel na sociedade, está empenhada em promover iniciativas de defesa e preservação do ambiente, no município em que possui maior ligação histórico-cultural;
- D) O Grupo Galp Energia, tem, na sua posse, um projeto de arquitetura para uma ponte pedonal e ciclável, decorrente do concurso intitulado “Pontes para um futuro mais positivo”, promovido pela Experimenta Design em associação com a Fundação Galp Energia, que constitui anexo I ao presente PROTOCOLO;
- E) A LISBOAGÁS tem todo o interesse e vontade em promover a construção da ponte pedonal e ciclável sobre a 2.ª Circular, por adjudicação, de modo a haver uma infraestrutura ciclável contínua, dedicada e segura, e proceder a um donativo em espécie ao Município de Lisboa, do valor parcial da construção desse equipamento de mobilidade sustentável;
- F) A CML, atendendo à qualidade do projeto e a sua construção ser de interesse público e de valor inegável para a cidade de Lisboa, bem como a obra se enquadrar no âmbito do novo PDM, está interessada em realizar o esforço para ser alcançado o valor remanescente necessário à construção da ponte pedonal e ciclável;

é livremente e de boa-fé celebrado o presente **PROTOCOLO**, que se enquadra pelos considerandos *supra* enunciados e se regerá pelas cláusulas seguintes:





CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente protocolo visa definir os termos e condições subjacentes à atribuição pela LISBOAGÁS ao MUNICÍPIO DE LISBOA de um donativo, em espécie, relativo à construção da ponte pedonal e ciclável sobre a 2.^a Circular, concedido sem contrapartidas, tal como previsto no artigo 61.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais.

CLÁUSULA SEGUNDA

1. Do valor da construção da ponte pedonal e ciclável sobre a 2.^a Circular, de € 1.365.000, líquido de impostos (um milhão e trezentos e sessenta e cinco mil euros), a LISBOAGÁS procederá ao custeio parcial da obra - € 900.000 (novecentos mil euros), ilíquido de impostos - e fará esse donativo, em espécie, à CML.
2. A LISBOAGÁS compromete-se a adjudicar a obra da construção da ponte pedonal e ciclável sobre a 2.^a Circular.
3. A LISBOAGÁS compromete-se, ainda, no contrato de empreitada a celebrar com o adjudicatário da execução da ponte pedonal e ciclável sobre a 2.^a Circular, a estipular, em consenso com o outro contratante, o dia 4 de Outubro de 2013 como prazo limite de conclusão da obra (sem prejuízo de eventuais prorrogações que sejam unicamente devidas a atrasos no processo de licenciamento que não possam ser imputados ao referido outro contratante), com a inclusão de convenção de responsabilidade civil para o empreiteiro, no caso de falta de cumprimento ou cumprimento defeituoso das obrigações por este assumidas no contrato celebrado.
4. A CML compromete-se a custear o valor remanescente da obra, mediante dação em pagamento à LISBOAGÁS da liquidação de taxas de ocupação de subsolo devidas pela SEGUNDA OUTORGANTE nessa verba.
5. A CML compromete-se ainda a desenvolver os melhores esforços no sentido de expedir os procedimentos de licenciamento e outros que sejam da sua competência e que possam ter impacto no arranque, execução e conclusão da obra.

97
pt.
M



CLÁUSULA TERCEIRA

1- A CML obriga-se a emitir o recibo a título do donativo, em espécie, que lhe é concedido pela LISBOAGÁS, em conformidade com o disposto, em geral, na lei fiscal e, especialmente, nas normas do mecenato constantes no Estatuto dos Benefícios Fiscais.

2 – O recibo, para efeitos de cumprimento das normas do mecenato, deverá conter a menção de “donativo”, enunciando que a entrega, sem contrapartidas, é concedida, em espécie, aduzindo à ponte pedonal e ciclável, bem como deverá incluir o normativo legal onde se enquadra (alínea a) do número 1 conjugado com o número 2 ambos do artigo 62.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais).

CLÁUSULA QUARTA

As cláusulas contratuais que constem de outros protocolos relativos a donativo, em espécie, concernente à ponte pedonal e ciclável sobre a 2.ª Circular, atribuídos por qualquer pessoa coletiva do Grupo Galp Energia, incluindo a sua Fundação, se consideram revogadas com a assinatura do presente PROTOCOLO.

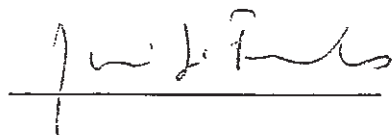
CLÁUSULA QUINTA

O presente protocolo entra em vigor e produz efeitos na data da sua assinatura.

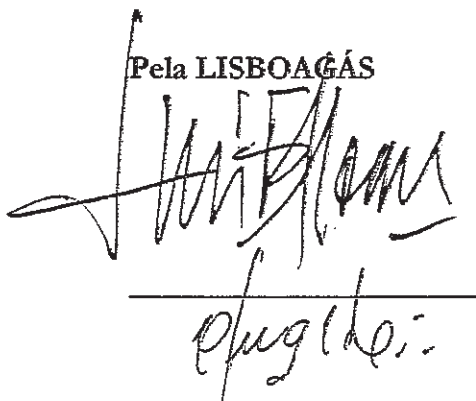
Depois de lido, as partes declaram que o presente protocolo, feito em dois exemplares com valor de originais, corresponde à vontade real das mesmas, pelo que vai passar a ser rubricado e assinado, ficando cada uma das partes com um exemplar.

Lisboa, 20 de Março de 2013

Pelo MUNICÍPIO DE LISBOA



Pela LISBOAGÁS


pugido: